

AUTISMO E ESCOLA: OS DESAFIOS E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO
(*AUTISM AND SCHOOL: CHALLENGES AND THE NEED FOR INCLUSION*)

Maria Talita Paiva de Lima¹
Emanuelle Oliveira da Fonseca Matos²

RESUMO

O autismo é um dos transtornos de desenvolvimento mais presentes no ambiente escolar, demandando assim um maior suporte e dedicação dos profissionais da educação. Mesmo existindo várias políticas públicas que buscam assegurar o acesso das crianças com autismo à escola regular, isso ainda é uma realidade distante em muitas instituições de ensino. Com base nisso, esse presente trabalho busca investigar a atuação da escola no processo de inclusão de crianças com autismo; identificar a atuação do professor no desenvolvimento autista; e verificar as ações desenvolvidas pela escola no desenvolvimento cognitivo de crianças com autismo. A metodologia utilizada foi um estudo de caso em uma escola municipal de Fortaleza. Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com o diretor, uma professora e a psicopedagoga. A partir da discussão dos dados, percebeu-se que existe uma preocupação da escola em incluir alunos com autismo, tendo como base leis que orientam esse processo de inclusão, assim como é ponto de vista de autores fundamentados em autismo e educação inclusiva. Todavia, é preciso uma capacitação em lócus, pois muitos profissionais que atuam na escola não possuem conhecimentos necessários para proporcionar o desenvolvimento integral das crianças com deficiência.

Palavras-chave: Autismo. Escola. Inclusão.

ABSTRACT

Autism is one of the most common developmental disorders in the school environment, thus requiring greater support and dedication from education professional. Although many public policies seek to ensure access to mainstream schools for children with autism thrive, this is still a distant reality in many educational institutions This paper aims at investigating the role of the school in the process of including children with autism; Identify the teacher's role in autistic development; and to verify the actions developed by the school in the cognitive development of children with autism. The methodology used was a Case Study in a municipal school in Fortaleza. For the data collection we used semi-structured interviews with the principal, a teacher and the psychopedagogue. Empirical evidence suggests a concern of the school to include students with autism, based on laws that guiding this process of inclusion, as well as the point of view of authors based on autism and inclusive education. However, locus training is required, as many professionals working in the school do not have the necessary knowledge to provide the integral development of children with disabilities.

Keywords: Austism. School. Inclusion.

¹ Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Ateneu. E-mail: talita_mpl@hotmail.com

² Professora do Centro Universitário Ateneu. E-mail: emanuele.oliveira@uniateneu.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços dos estudos em relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), percebeu-se que as instituições de ensino não estavam conseguindo de fato incluir todas as crianças autistas na escola regular, considerando as peculiaridades das mesmas. No entanto, é dever da escola oferecer recursos que atendam às necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência. Para que esse processo de inclusão ocorra, é preciso a presença ativa de uma equipe pedagógica capacitada e focada em desenvolver ações para o desenvolvimento cognitivo e o estímulo da socialização no ambiente escolar da criança com autismo. Faz-se necessário também que os docentes tenham formação que lhes proporcione conhecimento necessário para o desenvolvimento de uma didática voltada para esse público. Esses são alguns desafios que encontramos na educação inclusiva.

O interesse pela temática surgiu a partir de observações realizadas no atual contexto educacional de muitas escolas públicas de Fortaleza, com as quais tive contato durante os estágios realizados no decorrer da minha formação inicial. Nelas foi percebido o crescimento no índice de diagnósticos de crianças com autismo, no entanto não havia professores capacitados para lidar com esse aumento. A ausência de um ambiente adequado, com profissionais capacitados para atuar na inclusão de alunos com autismo e outras necessidades especiais ainda não se faz presente na maioria das escolas.

Partindo desse contexto, surgiu a seguinte problemática: Como a escola atua para o processo de inclusão de crianças autistas, já que muitas não possuem profissionais qualificados e nem estrutura adaptada para suprir as necessidades dos alunos com deficiência?

Para responder esse questionamento, foram estabelecidos os seguintes objetivos: investigar a atuação da escola no processo de inclusão de crianças com autismo; identificar a atuação do professor no desenvolvimento autista; e verificar as ações desenvolvidas pela escola no desenvolvimento cognitivo de crianças com autismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Autismo: definição e características

Conforme Orrú (2012), o Transtorno do Espectro Autismo (TEA) é uma síndrome comportamental que engloba comprometimento nas áreas relacionadas à comunicação, seja ela verbal ou não-verbal, na interpessoalidade, em ações simbólicas, no comportamento geral e nos

distúrbios do desenvolvimento neuropsicológico. É um transtorno do desenvolvimento global, que afeta o sistema nervoso e o neurodesenvolvimento infantil. Algumas de suas características podem ser percebidas ainda nos anos iniciais da infância; porém, por volta dos três anos de idade, período em que as crianças entram em idade escolar, elas tendem a demonstrar distúrbios também relacionados à linguagem que interferem no processo de comunicação, na interação e no comportamento social.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V, 2013) relata que o autismo “causa déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, como também déficits comunicativos não verbais e verbal usadas para interação social”. Causa assim, na maioria dos casos, dificuldades no processo de ensino e aprendizagem da criança com autismo no meio escolar. O transtorno de espectro autista pode ser medido de acordo com a gravidade e as características que a criança apresenta. Apontam-se, assim, três níveis, a saber: nível 1 (leve), a criança apresenta poucas dificuldades no seu desenvolvimento; nível 2 (moderado), a criança apresenta déficit em algumas habilidades; nível 3 (severo), a criança na maioria dos casos necessita de um suporte maior para exercer algumas atividades. Esses diferentes níveis estão cada mais presentes nas escolas, com isso é responsabilidade da instituição elaborar atividades que possibilitem o desenvolvimento cognitivo, a adaptação e a socialização com os demais alunos.

O autismo não tem cura, e as causas desse transtorno ainda são incertas. O diagnóstico do autismo é clínico, feito através da observação de comportamentos e também por meio de uma entrevista com os pais e/ou responsáveis pela criança. A partir do diagnóstico realizado, um plano de intervenções deve ser desenvolvido por profissionais de acordo com a necessidade da criança para que ela possa se adequar ao convívio social e às atividades acadêmicas da melhor forma possível. O processo de intervenção realizada com autistas é variável, compreendendo as áreas com maiores prejuízos, desde a parte linguística, cognitiva, motora, até a socialização, possibilitando aos indivíduos com o espectro o convívio agradável no meio social. Sobre isso, discorre Cunha (2012, p.28):

Com efeito, a criança cria formas próprias de relacionamentos com o mundo exterior. Não interage normalmente com as pessoas, inclusive com os pais, e manuseia objetos insolitamente, gerando problemas na cognição, com reflexos na fala, na escrita e em outras áreas.

Sendo as causas do transtorno do espectro autista ainda indefinidas, cabe ao professor estudar sobre o assunto e se especializar para que, juntamente com a escola, possibilite uma

educação de qualidade para as crianças autistas. A escola tem, portanto, papel fundamental no processo de inclusão dessas crianças, atuando como mediadora do conhecimento de acordo com as necessidades do aluno com autismo.

O autismo abarca quadros que são distintos entre si, porém apresentam sintomatologia em comum. Apesar do movimento a favor da inclusão, crianças e adolescentes com autismo ainda são alvos de inquietações pelos profissionais da educação acerca da metodologia que devem usar para desenvolver relações sociais comuns (MELO, 2014).

Entendemos que são necessárias intervenções adequadas para amenizar as dificuldades encontradas. Por isso, é importante o diagnóstico precoce, por meio da observação dos professores, pais e/ou responsáveis, e uma análise mais profunda e definitiva realizada pelos profissionais que estão ligados diretamente ao aprendizado das crianças autistas, tais como: neuropediatra, psicopedagogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional.

Acreditamos que a escola precisa ser um espaço de desenvolvimento intelectual dessas crianças. Para tanto, faz-se necessário implementar ações pedagógicas que irão estimular o desenvolvimento infantil nas mais diversas áreas.

2.2 A escola no processo de inclusão de crianças autistas

A escola é o local onde a educação é organizada com objetivo de disciplinar, educar, possibilitar o acesso do aluno ao conhecimento científico e ao saber sistematizado, como também é um espaço socioeducativo. A instituição escolar tem como papel aproximar o ser humano do conhecimento por meio da história e cultura construído pelo meio social. Assim para Saviani (2005, p. 14),

[...] não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.

Ao definir o termo escola, faz-se necessário trazer junto outros conceitos e aportes que se vinculam a tal, principalmente quando tratamos do processo inclusivo. O contexto de nascimento da escola inclusiva esteve embasado no tratamento despendido para os deficientes e também como fruto de um processo de conscientização de respeito à diferença. Como parte desse processo, a Declaração de Salamanca – documento elaborado para garantir o acesso à escola regular para as crianças com necessidades especiais – aponta que o

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (UNESCO, 1994).

Entende-se, portanto, que a escola inclusiva vem a ser um espaço onde ocorre o agrupamento de indivíduos, que busca a promoção do respeito às diferenças, trazendo como subsídios os suportes para o atendimento igualitário, com a implementação de infraestrutura física e profissionais especializados, de modo a garantir o processo de aprendizagem gradual e contínuo das crianças, sem propiciar meios para que haja a exclusão. Dessa forma, a escola irá contribuir para o entendimento das “diferenças” existentes na sociedade, a fim de que todos saibam lidar com a diversidade humana e respeitá-la.

A Lei n.12. 764/2012 garante a pessoa com autismo o direito de matrícula em qualquer espaço socioeducativo, ficando assim na responsabilidade das escolas, capacitarem professores e outros profissionais aptos para receber os alunos com autismo e, desse modo, desenvolverem planos de ensino-aprendizagem de acordo com as necessidades dessas crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que o Estado deve assegurar atendimento especializado aos portadores de deficiências na rede regular de ensino, com profissionais capacitados e instruídos para desenvolver planos de ensino adequados para os alunos com deficiência. No Brasil, existem várias leis que asseguram à criança e/ou ao adolescente com autismo o acesso à educação e um atendimento especializado. Dessa maneira, é dever da escola aceitar esse aluno com autismo, e então elaborar ações de inclusão dele no meio social escolar, sendo, assim, uma Escola Inclusiva.

A Escola inclusiva tem como desafio desenvolver planos de ensino adaptados para os alunos, de acordo com as necessidades e habilidades a serem trabalhadas no meio escolar, colocando em prática “uma pedagogia diferenciada em que aluno deve ser o centro do processo educativo e o professor deve ser o orientador, uma fonte de recurso e de apoio” (ANDRÉ, 2002, p.19).

Com objetivo de criar um ambiente escolar mais inclusivo, o Ministério da Educação desenvolveu em 2003 o Programa Educação Inclusiva, que teve como propósito promover um amplo processo de formação de gestores e professores nos municípios brasileiros para a garantia

do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e à promoção de acessibilidade quando necessária (BRASIL, 2008). O programa impulsionou a criação de políticas de educação inclusiva, apesar disso ainda vemos a necessidade de aprofundamento de estudos sobre o tema de inclusão no âmbito educacional.

Segundo Braga (2018), a instituição de ensino é responsável por propiciar um espaço de inclusão, desenvolvendo práticas pedagógicas que auxiliem os alunos com deficiência no seu processo de desenvolvimento. O acesso à escola regular como um direito do aluno com deficiência pressupõe a oferta ao aluno de um ambiente adequado para aprendizagem e que auxilie o desenvolvimento de suas habilidades.

É importante que nesse espaço de inclusão tenha a presença de um profissional capacitado que acompanhe esse aluno juntamente com a professora, que seja responsável por acompanhar seu processo de inclusão e elabora planos e adaptações de acordo com suas habilidades.

Mantoan (2003) afirma que a escola necessita superar o sistema tradicional de ensino, no que se refere ao que é ensinado e como é instruído aos alunos, para que eles sejam pessoas justas, éticas, que tenham um pensamento de mudar o mundo. Um sistema de ensino onde as diferenças são aceitas, que ofereça ao aluno um ambiente propício para sua aprendizagem e interação social.

Entendemos assim, que a escola deve oferecer aos alunos com deficiências um sistema de ensino que respeite e atenda as diferenças e necessidades desses alunos, em que o aluno seja participante ativo no processo de ensino-aprendizagem e tenha interação com os outros alunos da turma e escola, acontecendo assim a socialização.

2.3 O professor e o processo de ensino-aprendizagem de crianças com autismo

O espaço escolar é um ambiente estimulador de aprendizagens por apresentar princípios que influenciam diretamente o desenvolvimento dos alunos. Entre esses princípios, destacamos a importância do professor, no processo de ensino e aprendizagem e do grupo de alunos, enquanto participantes ativos na construção do conhecimento (TOLEDO; MARTINS, 2009).

Para tanto, é preciso desenvolver um currículo que contemple as necessidades de todos os alunos. Isso pode acontecer através de projetos e de novas metodologias utilizadas pelo professor na sala de aula. Entende-se, pois, que o currículo é um dos maiores desafios da inclusão, pois é por meio dele que o professor organiza as estratégias para facilitar a

aprendizagem de todos os alunos na classe. Portanto, é o currículo do professor e suas habilidades em direcionar sua metodologia para as necessidades do aluno com autismo que irão fazer a diferença no processo de ensino- aprendizagem desse aluno.

Entendemos que o docente é um dos profissionais da escola que necessita estar mais preparado para lidar com as crianças com deficiência, desenvolvendo habilidades e estratégias que atendam a todos os alunos, inclusive crianças com autismo, tornando assim a sala inclusiva, através da participação de todos. Ele precisa ter conhecimento acerca do assunto, por isso a necessidade de se especializar, conhecendo as peculiaridades das pessoas com deficiência e elaborando estratégias para seu desenvolvimento.

É a escola o local dos pequenos grupos sociais (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012). É papel da escola propiciar um espaço voltado para atender as demandas da formação desse público, englobando-o em atividades que contribuam para construção do saber de forma significativa.

Para tanto, a instituição pode desenvolver projetos e/ou cursos de formação docente que busquem propiciar estratégias de aprendizagem inclusivas, em que todos os alunos conseguiram se desenvolver de forma integral. A educação inclusiva exige dos educadores uma nova forma de pensar: entender que as crianças são diferentes entre si, pois são únicas em sua forma de pensar e aprender, por isso é errado exigir que todas as crianças tenham o mesmo desempenho e lidar com elas de maneira uniforme. Logo, o ensino deve ser organizado de forma que contemple as crianças e suas distintas capacidades (BEYER, 2013).

Acreditamos, enfim, que uma educação para todos se dá através de uma individualização do ensino, sem desprezar o princípio básico da educação inclusiva, que é a socialização. Nessa perspectiva, o professor deve considerar as especificidades pedagógicas dos alunos com autismo e desenvolver atividades que possibilitem a evolução cognitiva desses alunos.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Compreendendo a realidade social em sentido amplo – que envolve os seres humanos, seus múltiplos relacionamentos e suas interações nas instituições sociais – entendemos que esse estudo se aproxima de uma pesquisa social, nos termos colocados por Gil, ou seja, uma pesquisa que “permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2008, p. 27).

Ela possui caráter exploratório, pois nos permite uma maior familiarização e compreensão enquanto pesquisadores com o objeto de estudo, cujo objetivo é de organizar critérios e entendimento sobre a situação que será pesquisada. Tem a finalidade de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com objetivo de formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999, p.43).

A pesquisa também apresenta cunho bibliográfico, na medida que foram consultados livros, artigos e periódicos para o aprofundamento da temática escolhida. Por fim, recorreu-se a uma pesquisa de campo, cujo objetivo é reunir informações para entendimento de um determinado fenômeno.

Esta pesquisa também se configura como um estudo de caso, de caráter qualitativo, que, de acordo com Yin (2001), é uma estratégia para descobrir o porquê dos acontecimentos e como eles ocorrem. No caso da pesquisa, é em relação do processo de inclusão na escola regular.

3.2 Coleta de dados

Quanto aos métodos empregados na coleta e análise de dados, essa pesquisa se classifica como qualitativa, buscando compreender a realidade pela ótica dos sujeitos pesquisados.

A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas. Essas entrevistas foram compostas por cinco perguntas com a finalidade de levantar dados a respeito da formação acadêmica e a aproximação das participantes em relação ao tema autismo e inclusão. A entrevista semiestruturada segundo Ludwig (2015, p. 66), é baseada “em questões específicas, porém sem ordenamento rígido”. Com isso, os sujeitos têm maior liberdade de se expressar, permitindo uma maior flexibilidade para aprofundar ou confirmar determinadas informações apresentadas

3.3 Local e sujeitos da pesquisa

Essa pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Fortaleza, localizada no bairro do Álvaro Weyne, Fortaleza-CE, a qual chamaremos de Raio de Sol, nome fictício dado à instituição com forma de preservar sua imagem. A escola iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 2000, encontra-se sobre a administração direta da Secretaria Municipal de Educação. Para escolha do lócus de pesquisa, foram levados em considerações alguns fatores: a escola teria que possuir uma quantidade significativa de alunos autistas e desenvolver um trabalho

intensivo de inclusão com os mesmos, além de possuir um espaço de atendimento individualizado.

A escola tem como proposta educacional a humanização de cada aluno, em decorrência de sua localização em uma comunidade carente e de ordem social e econômica muito complexa. O projeto pedagógico da instituição é desenvolvido com objetivo de elaborar práticas educativas que visam ao desenvolvimento dos valores nos alunos/família, respeitando as diferenças e o direito de ser diferente.

A escolha dos participantes da pesquisa ancorou-se como critério básico na seleção daqueles profissionais que lidam diretamente com os alunos autistas e com o processo de inclusão escolar. Foram escolhidos os seguintes sujeitos: o diretor, uma professora do ensino fundamental I que tivesse um número considerável de autistas em sala de aula e a Psicopedagoga. O diretor tem formação em filosofia, possui 22 anos dedicados à educação, sendo 6 anos na gestão, e possui especialização em Atendimento Educacional Especial. A Psicopedagoga é formada em Pedagogia, possui 10 anos de profissão, sendo 5 anos de experiência com Atendimento Educacional Especializado. A professora também é formada em Pedagogia com pós-graduação em Psicopedagogia e em Libras, possui 3 anos de docência. Os sujeitos serão identificados no decorrer da pesquisa pela função que exercem na escola como forma de preservar suas identidades.

Quanto aos riscos deste estudo, consideramos serem mínimos. Não houve nenhum procedimento invasivo à privacidade dos entrevistados. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa ocorreram em local fechado e reservado. Os entrevistados puderam, a qualquer momento, optar em não responder às perguntas ou até mesmo interromper a entrevista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, procuramos identificar o conceito de inclusão na concepção dos sujeitos. O Diretor respondeu que inclusão é “igualdade, dar condições para as pessoas serem iguais, reconhecer que o outro é diferente e entender que por ser diferente não precisa está distante dos ditos normais”. Ele entende como inclusão o processo de receber o aluno e dar condições necessárias para o seu desenvolvimento integral na escola regular. Para Braga (2018), inclusão é oportunizar vivências e experiências nos mais variados espaços sociais.

A Psicopedagoga compartilha da concepção do sujeito acima, ela ainda acrescenta que a inclusão está ligada ao termo diversidade “a diversidade é convidar para a festa, a inclusão é chamar para dançar”. A Professora comentou que inclusão “é receber o aluno na sala de aula e adaptar as atividades de acordo com suas necessidades”. Podemos perceber que os sujeitos compreendem a inclusão de alunos com deficiência como uma oportunidade de acesso a uma educação universal, necessária a todos. De encontro com a fala dos sujeitos, Mantoan (2003) afirma que inclusão é uma provocação que tem a intenção de melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que não tiveram sucesso em outras escolas, e que isso “implica uma mudança de perspectiva educacional”.

Salientando que no contexto educacional o aluno com deficiência deve ter um suporte, seja adaptações no espaço e/ou elaboração de atividades específicas, pois mesmo que o conteúdo seja o mesmo para todos os alunos, é preciso possibilitar uma aprendizagem em que todos de fato possam se desenvolver de forma global. Beyer (2013, p. 69) defende que “o currículo não sofre alteração fundamental, porém as características de aprendizagem dos alunos com deficiências são levadas em conta”, na medida que o professor trabalha individualmente as necessidades dos discentes. Cunha (2012, p. 32) reforça essa concepção quando afirma que “a educação dever ser vivenciada individualmente na sala de recurso e na sala de ensino comum, favorecendo a sociabilidade”, pois incluir é aprender junto.

O segundo questionamento buscou identificar de que forma a escola regular consegue incluir as crianças com deficiências. O Diretor acredita que só poderá acontecer de fato a inclusão quando a escola possui outros profissionais envolvidos nesse processo, não sendo apenas papel do professor ou da gestão realizar as intervenções necessárias para esse processo. Cunha (2012, p. 33) menciona que “o professor precisa aprender a se relacionar com a realidade do mundo autístico”, pois é a partir do momento que o professor entra no mundo do aluno que ele poderá compreender suas reais necessidades.

A Psicopedagoga e a Professora acreditam que a escola consegue incluir os alunos quando proporciona um atendimento necessário para o seu desenvolvimento, reconhecendo suas dificuldades e habilidades. A Psicopedagoga reforça que:

Em termos de lei existe a obrigatoriedade de se incluir a criança, mas nem sempre isso ocorre no espaço educacional, vai depender da força de vontade dos profissionais envolvidos abraçar a causa e fazer a diferença para aquele aluno com deficiência. (PSICOPEDAGOGA).

Mais uma vez, podemos perceber na fala do sujeito a necessidade de se ter profissionais especializados para lidar com pessoas com deficiência, sendo esses os responsáveis por uma inclusão que garanta ao aluno com autismo o acesso à escola regular, como destaca a Lei nº 12.764. Para Mantoan (2003, p. 23):

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

Baseado nisso, o autor ainda explica que, a partir do momento em que a lei valida o acesso aos alunos com autismo o acesso à educação, automaticamente a escola regular deve abranger instrumentos e estratégias necessárias para aprendizagem desses alunos.

O terceiro questionamento foi em relação ao processo de inclusão desenvolvido na escola. O Diretor descreveu que a inclusão do aluno com deficiência é realizada em várias etapas, com apresentação do aluno para a comunidade escolar de forma lúdica, afetiva e informativa. Ele acredita que, dessa forma, evita qualquer tipo de *bullying*, e o resultado dessa técnica é que os alunos sem deficiência estabelecem uma ligação de cuidado e respeito com os alunos com deficiência. A Professora completa relatando que as atividades realizadas na escola são planejadas para que todos os alunos deficientes ou não participem. A Psicopedagoga reforça que a escola atende as medidas da Política Nacional de inclusão, que declara que as crianças com deficiência devem estudar na sala comum e ter suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ainda segundo ela, a escola atende cerca de vinte (20) crianças com deficiência, oferecendo todo suporte e infraestrutura adequada para inclusão.

Baseado no que foi relatado pelos sujeitos, foi possível perceber que a escola atende às políticas de inclusão, tendo o cuidado de proporcionar ao aluno com deficiência um ambiente adequado para seu desenvolvimento, com adaptação de atividades e apoio através do atendimento especializado. Para Cunha (2012), quando a escola proporciona recursos pedagógicos e qualidade na educação, ela se torna um lugar atraente e adequado para instrução escolar de alunos com deficiência. A instituição possui os recursos necessários para a inclusão, os profissionais envolvidos no processo estão sempre na busca por proporcionar um ambiente mais inclusivo e adequado para o aluno e suas necessidades.

O quarto questionamento foi a respeito da participação dos profissionais entrevistados no processo de inclusão e desenvolvimento cognitivo dos alunos com autismo. O Diretor relatou que o seu papel no desenvolvimento dos alunos com autismo é o de oferecer todo suporte necessário para os professores e outros profissionais desempenharem planos de intervenção a esses alunos. A Psicopedagoga destacou a importância da função do professor da Sala de Recurso Multifuncional em uma escola regular, agindo como uma ponte entre professores, pais e gestores. A função dela é esclarecer os direitos do aluno e, junto com a professora da turma, desenvolver recursos de acessibilidade. A Psicopedagoga atua como profissional responsável pelos atendimentos realizados na Sala de Recurso Multifuncional na escola.

A Professora também confirma a importância da parceria da Psicopedagoga no processo de inclusão dos alunos, pois juntas buscam atividades diferenciadas de acordo com o conteúdo da sala, a Professora completa que, “participo de formações na área para contribuir para o desenvolvimento desses alunos”.

Desse modo, percebemos a importância do envolvimento de toda equipe pedagógica no processo de inclusão e desenvolvimento cognitivo dos alunos com autismo, todavia, é preciso que a Professora e a Psicopedagoga tenham todo o apoio e suporte da escola para planejarem e colocarem em prática o que foi projetado para permitir a inclusão desse aluno com autismo. Com isso, a instituição irá possibilitar o desenvolvimento cognitivo e a interação social dos alunos com autismo ou outras deficiências.

Beyer (2013) afirma que, para que uma escola se torne inclusiva, os professores e toda equipe pedagógica devem ter como responsabilidade atender os alunos com situações diferenciadas e que, na integração desses alunos na escola, haja participação efetiva de todos no processo de inclusão.

O último questionamento foi sobre a metodologia utilizada pelos participantes para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos. O Diretor afirma apenas acompanhar e auxiliar no planejamento das atividades, procurando sempre verificar o progresso deles. A Psicopedagoga relaciona a metodologia de ensino à afetividade, destacando como sendo “fundamental na construção do vínculo com a criança, pois não se pode falar de educação sem amor”. Ao encontro dessa concepção, Cunha (2012, p.53) afirma que “devemos educar para o amor e não para o método. A relação afetiva, portanto, é importante para o processo de inclusão, como também o reconhecimento das áreas de interesses do aluno.

A entrevistada ressalta ainda a importância de se conquistar a confiança do aluno e, a partir daí, buscar-se meios para trabalhar suas necessidades. Ela não segue uma metodologia específica, pois acredita que “cada criança funciona de uma maneira específica, necessitando assim de recursos adaptados e diferenciados de acordo com as necessidades de cada aluno”. A Professora segue o mesmo pensamento da Psicopedagoga, afirmando que não existe uma metodologia certa, ela planeja o currículo de acordo com as necessidades dos alunos e suas habilidades, realizando assim as atividades adaptadas.

Com isso, entendemos que o importante para a inclusão de alunos com autismo é os profissionais que trabalham diretamente com eles compreenderem suas necessidades, desenvolvendo metodologias adequadas para o seu desenvolvimento cognitivo.

É importante utilizar as suas aptidões, os seus interesses, seus gostos, bem como planejar as atividades em conjunto. Com o tempo, poderemos perceber que a essência da construção curricular é oportuna em qualquer contexto da educação, pois se funda eminentemente no afeto e no amor. As atividades devem possuir caráter terapêutico, afetivo, social e pedagógico. (CUNHA, 2012, p. 54).

Enfim, para inclusão do aluno com autismo, devem ser levados em considerações vários fatores para que ocorra sua inclusão, seja o cumprimento das políticas públicas de inclusão, seja o envolvimento e compromisso da equipe pedagógica nesse processo, assim como a afetividade.

5. CONCLUSÃO

O trabalho apontou que muitos são os desafios encontrados pela escola para incluir alunos com deficiência, inclusive com autismo. Apesar das dificuldades, a instituição pesquisada demonstrou preocupação em elaborar metodologias diferenciadas para esse público, levando em consideração os aspectos afetivos.

O professor se mostrou atuante nas ações para inserir essas crianças no ambiente escolar da melhor forma possível, mediante as condições que lhe são proporcionadas pela escola. Os demais sujeitos pesquisados também se mostraram preocupados com o processo de inclusão dessas crianças, principalmente no que se refere às políticas públicas de inclusão que nem sempre levam em consideração as necessidades de muitas escolas públicas.

Outro ponto destacado foi a necessidade de uma qualificação profissional para todos que trabalham com crianças especiais, pois a capacitação profissional é imprescindível para que aconteça de fato a inclusão. Cabe à escola proporcionar o espaço de formação contínua, e que todos os envolvidos nesse processo detenham conhecimento acerca das necessidades e particularidades das crianças com deficiência.

É preciso que a escola assuma a responsabilidade de agente formador e integrador na busca de uma educação inclusiva, fortalecendo a concepção de que todos são capazes de se desenvolverem plenamente. Para tanto, é preciso constantemente realizar ações de conscientização acerca da importância da inclusão escolar, destacando como pontos relevantes o respeito e a afetividade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM 5**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ANDRÉ, Marli. A pedagogia das diferenças. In: ANDRÉ, Marli (Org). **A pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRAGA, Wilson Candido. **Autismo: azul e de todas as cores - guia básico para pais e profissionais**. São Paulo: Paulinas, 2018.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 2012. **Lei de Diretrizes e Bases**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm. Acessado em: 14/08/19.

BRASIL. Lei nº12.764, de 27 de Dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1033668/lei-12764-12>. Acessado em: 29/05/18.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acessado em: 11/09/19.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>. Acessado: 29/05/18.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Fundamentos e Práticas de Metodologia Científica**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MELO, Kilma Gouveia de. **O Processo de Ensino- Aprendizagem da Criança com Autismo, na Sala do Ensino Regular: das concepções a práticas das suas professores e profissionais de apoio**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciência da Educação, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia, Lisboa, 2014.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

TOLEDO, Elizabete Humai; MARTINS, João Batista. **A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky**. 2009. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3298_1675.pdf> Acesso em: 24/08/19

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 24/08/19.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 27/02/2020

Aprovado em: 30/05/2020